

## A LITERATURA DE TEMÁTICA INDÍGENA – MÚLTIPLAS VOZES E OLHARES

Andrea Martins

Certamente você já deve ter estudado em algum momento de sua vida sobre os povos indígenas em História do Brasil. Provavelmente, deve se lembrar de tê-los visto retratados como submissos, com perda das características culturais ou envolvidos em conflitos com os colonizadores. Ou será que você se recorda dos personagens indígenas nos livros dos escritores românticos: fortes, viris, exóticos, representantes do cavaleiro medieval no Brasil? De fato, a representação da temática indígena sempre esteve presente na literatura brasileira desde a Carta de Caminha até a atualidade. O que se nota é que essa imagem oscilou de acordo como papel ocupado pelo indígena em nossa sociedade e também conforme as concepções político/ideológicas vigentes em cada época.

Em busca de uma abordagem mais adequada à realidade, muitos escritores, a partir, principalmente, do século XX, passaram a buscar mais informações a respeito da cultura indígena. Alguns, inclusive, vivenciaram *in loco* o cotidiano de alguns povos. Nota-se assim, o início do processo de construção de alteridade, o qual reverbera nas representações literárias.

O surgimento das questões relativas à pluralidade cultural e, ao mesmo tempo, aspectos ambientais, trouxe ao âmbito da representação literária pessoas que atuavam política e socialmente na proteção e na integração das populações indígenas: sertanistas, antropólogos e indigenistas, como a autora e ilustradora Ciça Fittipaldi, uma de nossas entrevistadas.

No último quarto do século XX, como resultado da evolução desse processo, as minorias passaram a ter voz, impulsionadas por todas as mudanças socioculturais que ocorriam. Essas vozes que passaram a ser ouvidas, também começaram a ser traduzidas esteticamente por meio de produções culturais, incluindo-se as literárias. Integram-se, então, ao contexto de produção literária de temática indígena junto aos indigenistas, autores de origem indígena como Olívio Jekupé, Daniel Munduruku e Cristino Wapichana, nossos entrevistados, assim como muitos outros.

Hodiernamente, a promulgação da Lei 11.645 de 10/03/2008, a qual determina as diretrizes e bases da educação nacional, para que se inclua o estudo da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em qualquer estabelecimento de ensino do Brasil, motiva ainda mais essa produção literária para crianças e jovens com essa temática, salientando o jogo de forças ligado ao contexto editorial e mercadológico.

Portanto, a relevância desse conjunto de circunstâncias e a necessidade de reflexão acerca da representação literária da temática indígena na literatura infantil e juvenil são temas de nossa entrevista, que busca através de um dossiê ouvir algumas das múltiplas vozes que vêm surgindo e buscando espaço para dividirem com os leitores suas experiências ancestrais ou empíricas acerca das culturas indígenas do Brasil.

Cabe-nos apresentar os entrevistados, que gentilmente cederam seu tempo e suas vozes para compartilharem conosco não apenas seus conhecimentos acerca da produção literária de temática indígena na atualidade, como também suas ideologias.

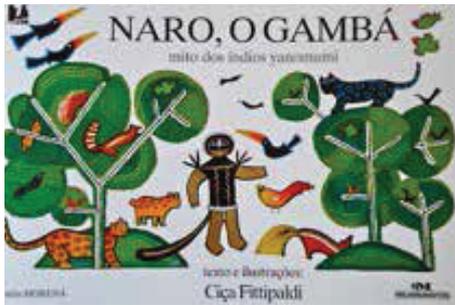


Maria Cecília Fittipaldi Vessani, 2016.



Maria Cecília Fittipaldi Vessani, 2016.

Maria Cecília **Fittipaldi** Vessani (Ciça Fittipaldi) é ilustradora de livros para crianças desde 1973. Graduada nas áreas de Desenho e Artes Plásticas.

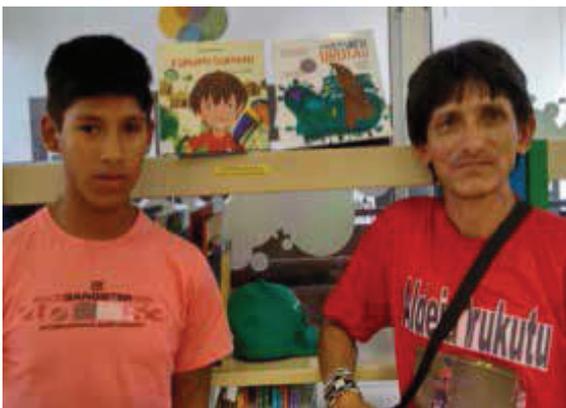


Ainda durante a faculdade, fez alguns cursos na área de Antropologia. Fato que contribuiu muito para a escritura da série Morená( PNBE / 2003). Atualmente, mora em Goiânia e leciona na UFG, na Faculdade de Artes visuais, mesma instituição onde fez o mestrado na área de Cultura Visual. Recebeu muitos prêmios relevantes como ilustradora e escritora.

Nos anos 90 trabalhou com educação indígena e no mesmo período aproximou-se de movimentos e organizações que tentavam colocar a questão do índio em pauta na política.

São livros de sua autoria: *A linguagem da Mata*, (2003), *Pra mim, pra você, pra todo mundo* (1995); *Tucanuçu do Cerrado e os parentes do outro lado* (1994); *Pequena História de gente e bicho* (1992); *Quem pintou a onça pintada?* (1992); *Tamanduá, que bandeira!* (1992); *Coleção Histórias de Encantamento* (1988-1989), *Coleção Morená* ( 8 Volumes)1986-1988, *O Algodão* (1985), *Cada ponto aumenta um conto*, (1985), *João Lampião*(1984). Atualmente, sua relação com a produção literária infantil e juvenil se concentra na ilustração.

Saiba mais em: [www.cicafittipaldi.com](http://www.cicafittipaldi.com)/[www.cicafittipaldi.blogspot.com.br/cicafittipaldi@gmail.com](http://www.cicafittipaldi.blogspot.com.br/cicafittipaldi@gmail.com)



Maria Cecília Fittipaldi Vessani, 2016.

Olívio **Jekupé** é escritor de literatura nativa, morador da aldeia krukutu, comunidade guarani, natural do Paraná. Atualmente reside em São Paulo. O autor produz literatura nativa desde a década de 80, o que o torna um dos pioneiros deste tipo de produção.

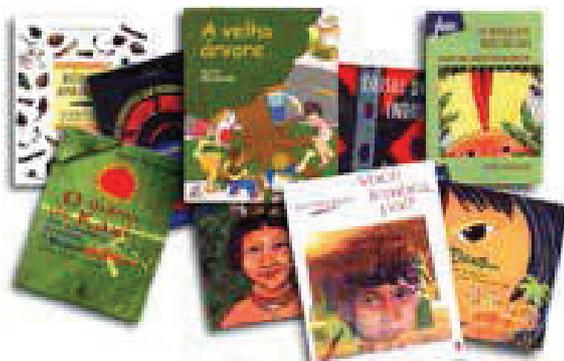
Estudou Filosofia na PUC do Paraná de 1988 até 1990, curso que continuou no ano de 1992 na USP.

Ministra palestras e oferece cursos sobre a importância da literatura produzida pelos indígenas, entre outros temas. Em sua obra nota-se que há alternância de autobiografia, fantasia e relatos de origem Guarani. Beth Mindlin, antropóloga, comenta no prefácio de *O saci verdadeiro* que Jekupé: “[...] escreve como o representante de uma sociedade de tradição oral, sem escrita. Vai bebendo, como iniciante despretenso, nas fontes escondidas e caudalosas de narrativas transmitidas há séculos, de geração em geração, águas desconhecidas que podem nos inundar de azar e prazer”.



Eis alguns títulos que compõem a produção deste autor: *Verá o contador de histórias* (1997), *Iarandu o cão falante* (2003), *Arandu Ymanguare – sabedoria antiga* (2003), *O saci verdadeiro* (2003), *Xerekó Arandu - a morte de Kretã* (2003), *Ajuda do saci* (2007), *O presente de Jaxy Jaterê* (2015).

Mais informações e contatos: [www.oliviojekupe.blogspot.com](http://www.oliviojekupe.blogspot.com) / [oliviojekupe@yahoo.com.br](mailto:oliviojekupe@yahoo.com.br)



Maria Cecília Fittipaldi Vessani, 2016.

Daniel Monteiro da Costa (Daniel **Munduruku**), nasceu na aldeia Maracanã, no Pará. Oriundo da etnia Mundurucu, aos 15 anos mudou-se para Belém onde estudou no Colégio Salesiano. Em 1989 graduou-se em Filosofia pela Universidade Salesiana de Lorena. É licenciado em História e Psicologia. Em

2010 concluiu o doutorado na área de Educação na Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos. É um autor produtivo, destacam-se em sua produção literária Infantil e Juvenil mais de 40 livros, alguns deles fazem parte do PNBE. Possui vários prêmios literá-

rios e ocupa cargos significativos em instituições que defendem os direitos indígenas. Selecionamos aqui algumas de suas obras: *Histórias de índio* (1996), *KabáDarebu* (2001), *Coisas de índio* (2003), *Histórias que eu ouvi e gosto de contar* (2005), *Catando piolhos, contando histórias* (2006), *Crônicas de São Paulo – um olhar indígena* (2006), *Crônicas de São Paulo* (2009), *A caveira rolante, a mulher lesma e outras histórias indígenas de assustar* (2010). Além da produção literária destinada ao público infantil o autor apresenta



Daniel Monteiro da Costa, 2016.

várias publicações de caráter acadêmico, com temática voltada para os direitos indígenas, educação indígena, literatura indígena, a questão da autoria nas publicações indígenas, entre outras. Mais informações e contato em: [www.danielmunduruku.blogspot.com/](http://www.danielmunduruku.blogspot.com/) [dmunduruku@gmail.com](mailto:dmunduruku@gmail.com)



Cristino **Wapichana** é um autor indígena do povo Wapichana, da comunidade indígena Araçá da Serra, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Além de escritor, desenvolve outras atividades ligadas à área cultural como: compositor, músico e cineasta. Atualmente desenvolve atividades culturais e educativas com ênfase nas culturas indígenas, orientadas para crianças e jovens, envolvendo literatura, música, contação de histórias e atividades recreativas. É também palestrante sobre a temática indígena



Cristino Wapichana

(especificamente sobre o ensino da história e da cultura indígena - Lei 11.645/98 em escolas, universidades e outras instituições como SESI e SESC). Estuda administração no Centro Universitário Unicarioca – RJ. Possui também prêmios literários e também é reconhecido por desenvolver trabalhos relevantes em defesa da cultura indígena brasileira. Mais informações e contato: [cristinowapichana@hotmail.com](mailto:cristinowapichana@hotmail.com)

### 1-Comente sua opção pela produção de literatura de temática indígena.

**FITTIPALDI-** Meu interesse pelos índios surgiu ainda na infância, com breve referência em livro de História do Brasil, no 2º ano do curso primário. O tema já era introduzido logo na primeira página com o descobrimento e a missa, seguido de uma página de curiosidades e palavras como oca, taba, tupã e pajé, nomes tais que Tupi, Guarani, Aymoré, Tamoio, Tupinambá, Caeté...talvez a própria sonoridade destas palavras já me tenha cativado, morando numa cidade onde há Pacaembu e Ibirapuera... Mas o fato é que tudo ficava por aí nessa introdução da história brasileira, como um antes de tudo resumidíssimo, mas suficientemente intrigante para mim. O que seria isso tudo? Além de algumas aparições em guerras contra ou a favor de portugueses, na expulsão de franceses, na fundação de São Paulo e poucas mais, já não se achava nada sobre isso no resto da História. De modo que, para mim, esses povos pertenciam a um passado remoto, acabado e pouco noticiado. Isso até o dia em que, com a construção de Brasília, revistas como O Cruzeiro, trouxeram capas e matérias com fotos incríveis dos índios da ilha do Bananal, Karajá, em sua maioria. Em 1960 eu tinha 8 anos de idade. Que surpresa, saber que esses índios ainda existiam! E o encantamento pela beleza dos seus corpos pintados, seus ornamentos de plumas esplêndidos! Na adolescência, conheci, por meio de meu pai, os livros escritos por

José Mauro de Vasconcelos e publicados pela editora Melhoramentos, começando por *Rosinha, Minha Canoa*, um texto tão sedutor e depois *Kuryala: Capitão e Carajá*. Livros fantásticos, cativantes, frutos da experiência de vida do escritor entre os índios. Mais tarde, na Universidade de Brasília, a UnB, onde fui estudar Arquitetura e depois Artes Visuais, tive a oportunidade de frequentar disciplinas de Antropologia e me aproximei de pesquisadores trabalhando principalmente nas áreas Nambiquara e Yanomami. A essa altura estava lendo coisas como *O Pensamento Selvagem*, clássicos citados em aulas e logo comecei a ler, tietando, a obra de Darci Ribeiro, *Os índios e a Civilização, Teoria do Brasil*, além de *Mitos do Xingu* recontados pelos irmãos Vilas Boas. Tive a sorte de ser convidada por um casal de antropólogos que conheceram meus desenhos de estudante, Alba Figueroa e David Price, ele, na época, prof. visitante do Depto. De Ciências Sociais da UnB e coordenador do Projeto Nambiquara, para uma viagem às terras desse povo, distribuídas entre o vale do rio Guaporé e a Chapada dos Parecis, no noroeste do então Mato Grosso, nas divisas com Rondônia e próximo à fronteira com a Bolívia. Minha aventura começou com a leitura de *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss, livro espetacular em que entre outros escritos, o antropólogo descreve os lugares, as pessoas, seus objetos e culturas, dá conta de fatos e narrativas, detalha a vida cotidiana, a organização social e política e relata sua experiência entre os Nambiquara. Depois, pé na estrada, verdadeira viagem no tempo, saindo de São Paulo, minha cidade natal, para Cuiabá, e de lá até Vila Bela da Santíssima Trindade, ex capital do tempo do ouro e praticamente um quilombo deixado para trás pelos senhores de escravos que se mudaram para a nova capital, e adentrando cada vez mais o interior, Cáceres, Jauru, àquela altura simples duas ruelas paralelas à estrada BR 364, ainda de terra, conhecendo um Brasil sertanejo e muito desabitado, até por fim, depois de vários dias e noites em pensões de beira de estrada, chegar ao posto da Funai e à primeira aldeia, Campos Novos, já perto de Vilhena, no sul de Rondônia. Impossível resumir aqui essa viagem de vários meses que aconteceu entre 1974 e 1975, nas aldeias Nambiquara, da mata e do cerrado, mas o que posso dizer é que foi tão impactante que mudou os rumos de tudo quanto eu vinha fazendo como pessoa e como estudante. Os imensos problemas humanos enfrentados pelas populações indígenas nessa época – aliás,

como ainda hoje em dia - com as políticas expansionistas no Centro-Oeste Amazônica, a falta de respeito do governo ditatorial por qualquer tentativa de delimitação de território indígena, as contínuas invasões, muitas vezes, oficialmente permitidas por documentações escandalosas, a contaminação por doenças fatais como a gripe e a tuberculose, com o consequente extermínio de muitas centenas de pessoas e aldeias...tudo isso aumentava em mim a dor das injustiças e a consciência de necessidade de atuação política contra o que se configurava (e ainda configura, em tantos casos) um verdadeiro genocídio! Aproximei-me das entidades políticas que atuavam sobre as questões indígenas, como a Comissão Pró-Índio, a Comissão Pró-Yanomami, e logo depois, a UNI – União das Nações Indígenas, nos anos 80. Por outro lado, a experiência do desprendimento material, da integridade e resistência étnica e da beleza das diferentes culturas, o modo de atuar em harmonia completa com o ambiente e, apesar de tudo, de toda a violência sofrida, a imensa alegria de viver... Isso tudo motivou e ainda motiva minha vontade de expressão. E foi pensando em como trabalhar essa experiência e seus desdobramentos no contexto da minha própria sociedade que planejei, ainda em meados dos anos 70, e me dediquei de modo muito firme, em produzir livros para crianças. Achava que conseguiria “prolongar” nas mentes e nos corações a presença de uma imagem positivada das sociedades indígenas, de suas pessoas e sociedades contemporâneas, de suas estéticas. Daí até conseguir publicar a “Série Morená”, pela editora Melhoramentos, em 1986, passaram-se dez anos. O mercado editorial não se interessava e eu não estava devidamente preparada. O projeto inicial da coleção foi muito modificado pelas inúmeras leituras, conversas com amigos viajantes, antropólogos, com índios de várias etnias, indigenistas. Comecei a publicar ilustrações e, logo em seguida, textos sobre vários outros temas, com crítica de profissionais do meio editorial, como o querido Edmir Perrotti que releu, inúmeras vezes, meus textos e me encorajou a escrever. Assim, fui aos poucos, preparando-me e me introduzindo no jeito de fazer literatura infantil, até projetar os livros da “Série Morená”.

**JEKUPÉ** - Fico feliz com isso, pois iniciei minha literatura nativa em 1984 e, naquela época, não conhecia nenhum escritor indígena. Hoje existem vários

escritores *indígenas* fazendo o mesmo. Com isso, acredito que o nome indígena começa a ser mais valorizado, pois sempre fomos discriminados, por nos considerarem um povo atrasado. Através da nossa escrita, vejo como algo positivo, pois é através de nossa história que podemos mostrar uma verdadeira história, e não narrativas que desvalorizam o mundo indígena.

**MUNDURUKU** - O fato de ter nascido dentro de uma tradição indígena, certamente, foi determinante para que minha opção caísse nessa temática. Claro que para desenvolver meu trabalho literário me vali de muitos estudos e pesquisas e foi importante minha inserção na academia, pois ela me permitiu abrir novos horizontes para minha escrita.

**WAPICHANA** - Muito do que é escrito sobre esta temática por autores não-indígenas, vem carregado de estereótipos e uma repetição de pensamentos ocidentais, reforçando a imagem do indígena dos séculos passados. Escrevo para mostrar a riqueza diversa das culturas indígenas e da essência de valores e pensamentos de estar e fazer parte do ciclo da vida e do próprio mundo.

## **2-A produção literária com temática indígena, em geral, é direcionada ao público infantil ou juvenil. Na sua opinião, a que se deve tal predileção por esse público?**

FITTIPALDI - Na verdade temos uma grande produção literária não voltada para leitores infantis, desde o romantismo, pelo menos, não sei falar em nome da crítica literária mas como senso comum, me parece haver uma tradição. O modernismo revelou “Macunaíma”, de Mario de Andrade, prenhe do imaginário indígena norte amazônico das culturas Macuxi, Yecoana, Taurepang. E “Cobra Norato”, de Raul Bopp...só lembrando alguns marcos. Depois a já citada produção literária do José Mauro Vasconcelos, que atingiu um tipo de posição “bestseller”, em sua época. Romances do Darci Ribeiro, como “Maíra” e “UIRÁ sai à procura de Deus”. Antonio Callado e “A expedição Montaigne... muita coisa publicada nos anos 80... o poeta Thiago de Mello... Recontos das mitologias, inúmeros, de Sebastião Nunes Pereira, Hartt, Villas Boas, Berta Ribeiro, mais recentemente Betty Mindlin e seu

livro “Moqueca de maridos”, “O Primeiro Homem”, entre tantos outros, claro. Talvez até muito mais que infanto-juvenis, não sei bem avaliar esse lado quantitativo da produção editorial. De todo modo é uma produção além de muito significativa, norteadora da produção atual. De todo modo, comparado aos livros infantojuvenis publicados nos anos 70 e 80, hoje temos outro panorama, claro, com muita mais textos editados e a atuação dos autores indígenas. Em primeiro lugar destaco a atuação de lideranças indígenas hoje consideradas históricas, como Apoena Xavante, Tamoim, Sapaim, Raoni, do Xingu, Marcos Terena, Ailton Krenak, Alvaro Tukano, Davi Kopenawa, Yanomami... os três últimos em uma luta interminável e incansável até hoje... Mario Juruna, líder xavante da aldeia São Marcos, teve uma influência incrível na mídia nos anos 80, quando iniciou suas viagens às capitais e gravava tudo que era dito, documentava tudo. Sua figura polemizou e dividiu a opinião pública e até a sua “indianidade” foi questionada por transitar nos meios urbanos, vestido, usando relógio e aparelhos tecnológicos. Que tempos! Isso ainda ocorre: o índio aparece com celular ou seu tablet, pronto, não é mais índio. Não pode ter e-mail, não...deixa de ser acreditado como índio. Marcos Juruna foi, nos anos 80, deputado federal do PDT, pelo estado do Rio de Janeiro. A atuação dessas lideranças, das denúncias de antropólogos, artistas, profissionais liberais da área do direito, da saúde, etc, no bojo de uma tal mobilização popular nos anos finais da ditadura militar, a atuação de instituições de apoio à causa indígena, os escândalos das sucessivas violências às vezes afloradas nas mídias internacionalmente, todo um conjunto de novas realidades, de lutas, foi trazendo uma maior comunicação das temáticas indígenas nos jornais, na TV no cinema, no dia a dia das pessoas. Às vezes com imagens negativas, associando os eventos a selvagerias, às vezes idealizando e romantizando a imagem do “índio verdadeiro brasileiro”, muitas vezes generalizando e sucumbindo aos mais simplistas estereótipos mas fazendo comparecer o tema, cada vez mais, nos diferentes contextos da sociedade brasileira. Houve principalmente nos anos 80/90, um aumento da consciência da diversidade cultural e ambiental do Brasil e ao mesmo tempo certo reconhecimento dos saberes indígenas principalmente a respeito da floresta que também contribuiu para que essa temática fosse mais e melhor acolhida pelos editoriais, mas isso só cresceu, de fato, com as

políticas inclusivas, os novos parâmetros curriculares de a partir dos anos 90 e os programas de incentivo à leitura e à formação da biblioteca escolar, por intermédio dos editais governamentais para compra de livros.

**JEKUPÉ** - Escrevemos com a classificação de literatura infantil e juvenil, pois na verdade a literatura para jovens e adultos é mais difícil de ser publicada. Tenho também várias poesias críticas, mas não consigo publicá-las. Na verdade as editoras não apreciam críticas, por isso produzimos literatura infantojuvenil, em trabalhos que muitas vezes são chamados de mitos...

**MUNDURUKU** - Acho que a literatura indígena nasceu como um caminho natural naquelas pessoas que militaram no movimento indígena enquanto conquista por direitos. Essa literatura tem um caráter pedagógico oriundo da necessidade de educar o olhar da sociedade brasileira sobre a diversidade nativa. Tenho a impressão que desde sempre a produção literária dos indígenas teve como foco as escolas, sejam indígenas ou não. Portanto, penso eu, o público acabou sendo o das crianças e jovens. Não penso que foi exatamente uma escolha de quem escreve, mas um caminho natural de educar olhares.

**WAPICHANA** - O primeiro motivo é a criança ser mais receptiva e estar em pleno desenvolvimento, e claro, se queremos uma sociedade mais consciente, devemos pensar a longo prazo este é o melhor caminho; e em segundo lugar, as editoras deste público abriram as portas para os autores indígenas. Isso não significa que escrevemos apenas para este público ou sobre a temática indígena.

**3-Sabe-se que a produção literária de temática indígena produzida por escritores indígenas e alguns indigenistas possui, dentre outros aspectos, uma orientação política/ideológica. Como você marca este posicionamento dentro de sua obra?**

**FITTIPALDI** - Escolhi o caminho das poéticas e da beleza, como lugar de aproximação e possível empatia, contando com as diferenças culturais, comportamentais, para criar a possibilidade de pelo menos abrandar os

preconceitos tão arraigados sobre o índio. Em outras esferas tomei outras atitudes, mais políticas, às vezes mais panfletárias, mesmo, naquela época. Na literatura preferi a poesia à denúncia. Escolhi tentar -fazer -gostar das invenções conceituais e imaginações maravilhosas desses outros olhares sobre a vida. Meu maior risco: tornar o trabalho excessivamente exótico, folclórico, pra turista ver. Tentei, apesar das minhas dificuldades conceituais e de observação – já que não sou antropóloga e porque não pude visitar todas as áreas de culturas abordadas na coleção Morená - usar a antropologia como ferramenta de evitamento dessa carnavalização. Mas não quis evitar a fantasia...No fundo, queria e quero muito aquela alegria e beleza de viver dos Nambiquara, apesar de tudo. A mitologia me proporciona sempre esse caminho, mas é muito, muito difícil lidar com ela. Desde a busca e seleção de quais histórias dá para recontar para crianças. É muito difícil entender um pouquinho essas narrativas e isso já é muita pretensão. E, não sendo um compêndio didático, nessa literatura não dá pra apostar em coisas que precisam ser explicadas a cada momento, que não possam ser simplesmente aceitas pela imaginação, reposicionadas pelo valor simbólico e pelos sentidos atribuídos por cada leitor, como em toda literatura fantástica e como o são as fadas, ogros e monstros de outras florestas. Hoje em dia, trinta anos depois da “Morená”, continuo nesses caminhos, mas tenho alguns textos que bifurcam para tendências mais plurais e híbridas, principalmente depois de ter passado vários anos trabalhando com Educação indígena, no Tocantins e em Roraima.

**JEKUPÉ** - Dentro de minha obra eu tento mostrar um conhecimento e uma cultura, e como eu moro na aldeia e vivo a nossa cultura, tento escrever do jeito que é entendido aqui. Ao produzir literatura, cada indígena tem que escrever o jeito de viver de seu povo, porque a escrita de textos sem este conhecimento pode prejudicar muito o leitor, já que a sociedade poderá aprender uma história que não é vivida e, por isso, seria uma literatura não nativa, genérica.

**MUNDURUKU** - Eu defendo a ideia de que uma das características da literatura indígena é o fato de ser engajada. Isso supõe que ela traz em seu bojo um comprometimento com causas sociais, com defesa dos direitos

humanos, com a denúncia de degradação ambiental ou a efetiva violação dos saberes indígenas. Quando se escreve para crianças e jovens é preciso trazer uma leitura de mundo que possa alimentar nelas a possibilidade da convivência entre os diferentes. Parte do meu trabalho tem essa proposta. Nas entrelinhas do que escrevo está posto o desafio de se viver em uma sociedade múltipla em cosmovisões, em culturas e diversidade. Esse é o caminho que venho construindo.

**WAPICHANA** - Ela é marcada pela tradição do meu povo. Isso significa dizer que ele é único dentro desta diversidade de mais 305 povos que vivem dentro do seu espaço geográfico o seu jeito de ver e estar no mundo. Embora o Brasil inventado tenha engolido o povo e seu território, não conseguiu matar as forças ancestrais que deram origem e vida ao povo Wapichana. Nos textos estas marcas tradicionais são nítidas bem como palavras da língua que destacam sua procedência.

#### **4-Qual a sua opinião sobre a lei 11645? Ela de fato contribui para uma reflexão sobre a alteridade dentro das instituições de ensino brasileiras?**

**FITTIPALDI** - A Lei permitiu maior inclusão das temáticas indígenas e africanas, no meio escolar com certeza, mas não sei se tem contribuído para a reflexão sobre alteridade. Como não tenho lido e acompanhado toda a produção selecionada pelos programas governamentais de incentivo à leitura e formação de biblioteca escolar, ao longo da última década, não estou instrumentalizada para analisar o que de fato “entrou” nas escolas públicas por meio desse mecanismo curricular. De todo modo, achei pretensioso, no texto da lei: (...) “o estudo da história da África e dos africanos”... como se isso fosse a coisa mais fácil e natural do mundo e como se não se tratasse de uma complexidade imensa ter acesso à informações sobre todas aquelas tribos e guerras e línguas e crenças e diferentes contextos e tempos históricos simultâneos! Não vejo como a produção editorial dar conta desta meta surreal. Muito menos achar que os professores estão capacitados para esta pesquisa. O texto também está equivocado quando fala em “dois grupos étnicos”, referindo-se genericamente a afro-brasileiros e índios. Então

vejo uma fraqueza neste instrumento que dá passo a abordagens genéricas, superficiais, estereotipadas, equivocadas, diminuídas, empobrecidas. Discussão sobre alteridade começa a partir da tomada de consciência de si, de um ponto de vista de sujeito histórico, de ator social. Não pode ser trabalhada como ação benemérita de tolerância e paciência. E não aceito a “censura” que a postura dita “politicamente correta”, que oficializa muitos porta-vozes das políticas compensatórias e de inclusão social, censura que é decorrente do entendimento estreito das questões interculturais e que se impôs aos criadores de literatura de temática indígena, nos últimos anos. Tem cabimento proibir a palavra “aldeia” e impor o uso do termo “comunidade”? Se essa for areflexão de alteridade a ser “consumida nas escolas, estamos fritos! Percebi também que estranhamente, nos livros de literatura infantojuvenil, histórias afro-brasileiras demoraram muito mais a entrar nos pacotes de livros selecionados do que histórias africanas. Por quê?

**JEKUPÉ** - A lei é eficiente, mas ao mesmo tempo fico preocupado, pois nem todas as escolas ou cidades a aplicam. Considero que a literatura escrita por nós pode contribuir muito, porque seria interessante os professores conhecerem aldeias e terem vivência para aprender. Mas como nem todo mundo tem esse acesso é através dos livros que muitos aspectos poderão ser conhecidos. Vejo que por influência da lei muitos autores começaram a produzir obras sobre os indígenas, entretanto não basta apenas escrever, porque no passado sempre escreveram muitas coisas sobre nós, e isso fez com que a sociedade nos discriminasse ainda mais, por isso é que gosto de falar que nós indígenas escrevemos literatura nativa e não literatura indígena.

**MUNDURUKU** - Acho a lei importante e necessária. Ela obriga – à revelia dos professores acomodados – as instituições manterem os olhos abertos para o que acontece contra os povos indígenas. Pode ser que ainda seja precária e muitos remendos precisem ser feitos para que ela tenha maior alcance. Independente disso, considero a lei um passo dado, um passo à frente que possibilita, no mínimo, uma esperança de dias melhores.

**WAPICHANA** - Esta Lei, ainda não pegou e acredito que vai demorar por diversas razões. O Brasil é o país das leis, no entanto, só fazer lei não basta.

Não houve preparação para os educadores trabalharem esta temática em sala de aula e não há fiscalização ou punição para o não cumprimento. Ou seja, ficou ao “Deus dará”. O que vemos, em pouquíssimas instituições de ensino, são tentativas de apresentar o indígena folclórico sem critérios e conhecimento da diversidade dos povos originários existentes, e o reforçados estereótipos por meio de músicas de artistas famosos que, por sua vez, tentaram também falar deste índio inocente, romântico, pobre, que não acumular bens e culturalmente inferior. Vemos também que em sua grande maioria, alguns professores que gostam da causa indígena, trabalham sozinhos dentro da escola em algum projeto falando das culturas indígenas, mas quando estes saem da escola, acaba o projeto porque a instituição de ensino não se envolve. Outro exemplo que impede a execução das temáticas indígenas e afro-brasileira em sala de aula, são agentes de ensino, pertencentes a religiões predominantes no Brasil, que abominam as culturas diferentes. Isso leva a crer que vivemos em um país laico somente na palavra.

**5-Você considera que a produção literária de escritores indígenas brasileiros foi beneficiada pela lei (11645), ou seja, este tipo de literatura atende a uma demanda mercadológica? Considera este fator positivo ou negativo?**

**FITTIPALDI** - A partir do momento em que foi criada, em 2014, uma concorrência ao PNBE apenas voltada para a temática indígena, tivemos mais clareza de que os autores indígenas seriam mais beneficiados com a inclusão de seus trabalhos nas escolas e também beneficiados com essa forma de participação no mercado profissional. Só que, diante dos obstáculos vividos pelo país no último ano especialmente, esse edital não foi finalizado. Sabemos que há uma “corrida” do mercado editorial aos editais governamentais, atrás de vendas mais volumosas. Na verdade esse mecanismo protege toda a cadeia de produção de livro infantojuvenil no Brasil que não teria outro meio mais eficiente para crescer tão vigorosamente como na última década. Vejo como uma grande conquista dos indígenas, serem reconhecidos como autores e mais ainda, abrirem espaço no mercado editorial e prin-

principalmente ampliem seus acessos aos leitores. Ao mesmo tempo percebo que há um caminho e amadurecimento a percorrer já que a responsabilidade pela não generalização, estereotipação e superficialidade, aumenta muito nas vozes dos que assumem autoridade pela etnicidade.

**JEKUPÉ** - Foi melhor para alguns autores das cidades, com formação superior, mas grande parte dos indígenas que vivem nas aldeias não tiveram muito apoio. A sociedade sempre valoriza a formação superior, um índio doutor tem mais valor do que um índio que vive nas aldeias, entende pouco português e não possui tanto estudo. No entanto, nas aldeias, nós temos muitos pajés que são grandes contadores de histórias, mas para uma editora que não tem conhecimento sobre este fato, eles não têm muito valor. Por isso, se as editoras procurassem índios das aldeias, tenho certeza que iriam encontrar muitos indígenas escritores, que ainda não têm livros publicados e também grandes ilustradores.

**MUNDURUKU** - Considero sim. A lei repercutiu na indústria do livro. Muito se produziu, diversos projetos editoriais se concretizaram e vários autores indígenas surgiram graças à edição da lei. Isso não significa necessariamente que tudo o que foi produzido foi positivo ou está de acordo com uma nova visão sobre as populações indígenas. Muitas editoras seguem produzindo livros de péssima qualidade textual. Infelizmente, os editores também não se atualizaram e continuam aceitando publicar textos com temática indígena que reproduzem estereótipos. Como consequência, as escolas ainda consomem estereótipos; as crianças continuam sendo ensinadas a partir destes estereótipos graças aos livros que lhes chegam às mãos. Considero, no entanto, isso tudo um processo que ainda vai durar pelo menos uma década para ser modificado. Talvez com a chegada de novos professores às escolas e salas de aula, formados com uma consciência histórica mais atualizada, isso venha a mudar. Avalio de forma positiva esse aumento de produção literária de temática indígena. Nosso papel como escritores indígenas é educar a sociedade brasileira, e com ela os editores, escritores e ilustradores que ainda trazem consigo as visões antigas de nossos povos.

**WAPICHANA** - A Lei deu um certo estímulo, entretanto esta literatura já tem

uns trinta anos, e na década de 90, ganhou força com Daniel Munduruku, que criou o Encontro de Escritores e Artistas Indígenas em parceria com a FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e outros apoiadores como Instituto C&A, Fundação Ford, que bancaram estes encontros, que em 2015 completou 12 edições. Estes encontros foram fundamentais para o contato entre autores e editores. O mercado tem suas intenções, e como investidor, o lucro é seu alimento, mas os textos narram histórias indígenas e nelas não há como “mexer” no sentido e alterar a história, contudo ela pode ser direcionada para atender a um público com idade definida e, neste caso, não vejo com negativismo e sim como parceria.

#### **6-Como a produção literária de temática indígena dirigida a leitores que não pertencem a este universo cultural pode ser difundida nas escolas, sem que apresente uma extensão meramente utilitária?**

**FITTIPALDI** - Pela poética! Os livros infantojuvenis têm a grande vantagem de usar duas possibilidades de leitura simultâneas: o texto verbal, literário, e o texto visual, das ilustrações. Então, apresentam ampla possibilidade de serem projetos estéticos.

**MUNDURUKU** - A literatura indígena normalmente é consumida pelas escolas. Governos adquirem acervos para distribuírem às escolas; instituições particulares de ensino adotam os livros para consumo em sala de aula; universidades debatem o assunto normalmente com os estudantes das áreas de humanas e sociais, jovens que provavelmente atuarão em sala de aula... Aí eu pergunto: que tipo de material a escola consome que não é utilitário? Nossos leitores estão nas escolas, portanto não vejo nenhum problema de nossas obras serem usadas com esse objetivo. O que entendo é que cabe à escola motivar os estudantes a terem uma consciência crítica, participativa, colaborativa. Se tudo o que lerem durante seu percurso escolar influenciar na sua humanização, certamente teremos melhores cidadãos num futuro próximo. Indiretamente seremos beneficiados com essa formação cidadã.

**WAPICHANA** - As histórias por si só se sustentam em qualquer cultura, assim como a leitura. O universo indígena é extremamente rico, carregado

com forças míticas regadas com tradições tão diversas tornando as histórias atrativas, seja por curiosidade, interesse de conhecer ou estudar estas culturas por meio das narrativas.

**7-As obras com temática indígena geralmente apresentam elementos visuais e/ou grafismos indígenas que contribuem para a ampliação do conhecimento do universo de cada etnia representada aos leitores não indígenas. Como o leitor não indígena pode ser sensibilizado para perceber essas marcas de autoria coletivas (grafismos, formas geométricas, ilustrações feitas por indígenas) e individuais (ilustrações)?**

**FITTIPALDI** - Os grafismos indígenas, apesar de semelhantes muitas vezes na forma, na continuidade e forma de aplicações de padrões, são muito distintos em seus simbolismos e atribuições específicas em cada cultura. Dificilmente essa complexidade atingirá o leitor infantil de outra cultura, mesmo sendo outra cultura indígena. Acho que essas configurações visuais, além de aproximar o leitor a um mundo “diferenciado”, têm um papel decorativo importante, atraindo pela beleza e concisão da forma. Lembro que o termo decorativo, advém de “decor” cuja etimologia traz o significado de “tornar adequado”. Assim, a pele pintada para a guerra ou o pote decorado em seu interior para “conter” alimentos, ou um aroma impregnado para atrair o amor, ou mesmo para ser visto ou tornar-se invisível para os sobrenaturais... Penso que se o ilustrador conseguir pesquisar sobre esses estudos da forma, do símbolo, do seu uso, na cultura que estiver abordando, conseguirá ir um pouco além do “enfeite”, do entendimento fraco do termo decoração. Eu procuro me dedicar bastante a isso.

**MUNDURUKU** - Os alunos/leitores são reflexos de professores/leitores. O que os estudantes trazem de casa quando chegam à escola, é a visão que os meios de comunicação apresentam. No caso dos indígenas, a televisão é mestra em apresentar as caricaturas seculares. Nossa sociedade acredita muito na televisão como meio de informação. Nossos jovens absorvem essa crença. A escola, que deveria ser o contraponto a isso, acaba aceitando essa

realidade e a reproduz através da esdrúxula comemoração do dia do índio. Faz isso sem nenhuma análise crítica do evento e não se dá conta de que está reproduzindo pré-conceitos em torno dos povos indígenas. Digo isso porque a ignorância dos professores é, em última análise, a ignorância dos alunos. Acentuo que aqui falo de ignorância no sentido filosófico do termo, no sentido do não-saber. Dessa maneira os professores acabam reproduzindo o que aprenderam quando ainda eram crianças, pois não foram preparados para criarem conhecimentos ou consciência crítica nos estudantes. Isso os leva a ficarem acomodados diante dos novos conhecimentos que a sociedade produz. Estou dizendo tudo isso para que se perceba a necessidade de educar os docentes para enxergarem a estética artística dos povos indígenas. Sem isso, o grafismo, a pintura, o desenho, a cultura material indígena será apenas reflexo de um passado da humanidade. Isso tem que ser mudado para que se veja estas populações como humanas, apenas humanas.

**WAPICHANA** - O leitor só conseguirá diferenciar se estudar e conhecer com mais profundidade as culturas indígenas. Os meios de comunicação em suas variadas linguagens e formas têm alimentado, e insistido no indígena folclórico ou romantizado. Nas últimas quatro décadas, a imagem dos povos que habitam o Parque do Xingu tem sido a referência dos povos indígenas brasileiros por estar evidenciado pelos meios de comunicação de grande massa. E dependendo da informação do locutor, os estereótipos são reforçados e acrescentados novos adjetivos. Chamar os diversos povos indígenas que habitam o Parque do Xingu de “Xinguano” é um exemplo claro, já que cada povo possui um nome e cultura diferente e este termo, para quem não conhece estes povos, no seu entendimento, refere-se a todos que moram ali como pertencentes a um único povo.

**8-Ainda hoje, a representação do indígena em alguns livros didáticos e\ ou literários é considerada estereotipada por apresentá-lo vinculado a um passado histórico, ligado à natureza ou apresentado como figura exótica, dessa forma, desconsidera-se a sua contemporaneidade, seus problemas políticos e sociais atuais e realidade proveniente do contato com o não índio. Como você vê esta problemática e de que forma a trata em sua obra?**

**FITTIPALDI** - Essa questão se apresentou para mim em alguns livros em que trabalhei apenas como ilustradora, como foi o caso de “Olivia e os Índios”, de Beth Mindlin. Neste trabalho, li os diários de campo publicados e muitos escritos da autora em sua extensa experiência como antropóloga. Pesquisei muitas imagens de diferentes épocas. A história, que conta a aventura de uma menina “branca”, que é levada por sua avó pesquisadora a conhecer a vida numa aldeia, me permitiu usar a minha própria experiência de viagens e trabalhos realizados em áreas indígenas. Este seria um ótimo livro para iniciar uma reflexão sobre alteridade numa sala de aula com crianças de mais ou menos 7, 8 anos, pois coloca o papel de “outro” na pele da protagonista, na perspectiva da sociedade indígena.

**JEKUPÉ** - Bom, sempre teremos problemas com isso porque a sociedade nunca nos entendeu, pois se nós não conhecemos as coisas, dizem que somos ignorantes e atrasados. Mas agora sofremos por outro problema, ao saber que eu e outros escritores temos livros publicados, alguns dizem: “Mas ele não pode ser índio, pois sabe mais que eu”. Por isso a sociedade aos poucos irá entender que somos gente também e que temos capacidade de sermos escritores.

**MUNDURUKU** - A cultura indígena é exótica. Tudo o que não é ocidental é exótico. Meu olhar sobre os trajes africanos, indianos, mulçumanos ou tibetanos me leva a pensar neles como seres diferentes de mim. No meu caso não existe juízo de valor num ou noutro, mas a maioria das pessoas costuma julgar e, o que me parece pior, valorar as culturas. Não vejo nenhum problema em mostrar o que de exótico um povo traz em sua memória ancestral. O que me parece problemática é a leitura que o ocidental faz do que lhe é estranho. Nessa direção acho que num mundo globalizado em que vivemos, o exótico pode ser algo muito educativo se se souber usá-lo devidamente. Claro que não se pode parar por aí. Penso que para cada fase do crescimento da criança deve-se oferecer a ela elementos para que vá aos poucos construindo sua visão de mundo onde caibam as diferenças. Minhas obras são repletas de referências à memória ancestral, à minha memória de infância que está recheada de passagens interessantes que, quando contada, pode assumir aspectos exóticos. Eu faço questão de mantê-las em minhas

narrativas. Eu não quero que as pessoas vejam os indígenas como passado da humanidade, mas não quero também que elas esqueçam que tiveram um passado. Eu carrego minhas histórias dessas referências ancestrais para lembrar aos leitores que somos uma teia que se constrói em diferentes momentos históricos. Longe de mim pensar que os indígenas precisem ficar presos ao passado, mas que fique longe também a ideia de que precisem aceitar esta sociedade caduca que o ocidente tenta nos impor.

**WAPICHANA** - É perceptível a distância que há entre os povos indígenas e a sociedade brasileira e que, de tão repetida, deixa às claras as intenções políticas sociais destinadas a estes povos. Nenhum povo vive na redoma do passado. A cultura é mutante. É necessário que seja para sobreviver. Não se esperava ter indígenas neste século, mas existem mais de 305 povos falando mais de 250 línguas e isso se deu justamente em função das adequações e ajustes que foram fazendo para se desviarem das diversas balas assassinas dos opressores. Hoje, há indígenas formados em diversos estágios no meio acadêmico, artístico, político, que lutam em várias frentes em que todas convergem para a existência humana e do mundo. Todos nós falamos da necessidade da terra como mãe e que somente por meio dela e nela poderemos manter a cultura viva. As minhas obras falam desta preservação e interação entre a terra/homem/criador. A problemática destes conflitos só pode ser resolvida se houver o respeito.

**9-Algumas obras que abordam a temática indígena fazem parte do PNBE. Você tem acompanhado algum trabalho de leitura executado por professores brasileiros, que utilizam tais obras em sala de aula? Como você avalia a qualidade deste trabalho?**

**FITTIPALDI** - O único edital PNBE que incluiu o meu trabalho como autora foi o primeiro, há duas décadas praticamente. Os livros não foram publicados na íntegra, foram textos compilados da série "Morená", sofreram adaptações, com dimensões bem reduzidas e impressão exclusivamente em preto e branco. Com isso, o trabalho sofreu muito em qualidade de apresentação gráfica e poética. Não tive contato e nem retorno sobre seu uso em sala de aula.

**JEKUPÉ** – O PNBE parece que gosta de livros de escritores famosos, de renome. Sei que existe a compra para adoção nas escolas, mas sempre se adquire as obras de um mesmo autor. Isso é um absurdo porque parece mostrar que nós, escritores indígenas, não estamos lá nesse nível e que não temos capacidade. Por isso vejo algo perigoso pra nós. Sei que se meu livro vai concorrer ao PNBE e, de repente, chega o de um escritor não índio famoso, o livro dele será comprado e o meu continuará na não aprovação. Dessa forma, vai mais um ano de espera para um novo edital, mas se a mesma situação voltar a ocorrer no ano seguinte eu perderei sempre.

**MUNDURUKU** - Graças a um concurso que ajudei a criar junto à Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) em 2004, pude acompanhar a trajetória de muitos trabalhos desenvolvidos com a leitura dos livros de temática indígena. O concurso se chama Curumim e os professores que trabalham a temática indígena a partir da leitura de livros de autores indígenas podem inscrever seus trabalhos. Estes trabalhos são avaliados por uma comissão e os melhores recebem um prêmio simbólico durante a realização do salão FNLIJ de livros para crianças e jovens, que acontece anualmente no Rio de Janeiro. Bom, normalmente os trabalhos são apresentados por professores de escolas públicas e particulares de diferentes regiões do Brasil. Algumas vezes os professores reclamam das dificuldades de realização por conta das mazelas da educação brasileira, do descompromisso dos gestores ou por falta total de infraestrutura para a realização dos projetos. Falam também do entusiasmo com que o projeto foi recebido pelos estudantes e os resultados que conseguiram alcançar. Isso nos deixa sempre muito felizes, porque mostram que há muitos bons educadores que se dedicam com afinco à leitura de nossas obras; mostra também que é preciso trabalhar muito mais para conseguirmos alcançar o país como um todo. Enfim, há muito o que fazer sim. Também muito já tem sido feito.

**WAPICHANA** - Tenho visto boas iniciativas de escolas e algumas com excelência, mas são casos raros. Há uma diferença intrigante quando a escola trabalha obras de autores não indígenas em livros didáticos e paradidáticos, que normalmente vêm carregados de vícios estereotipados. Quando a escola trabalha com obras de autores indígenas, estuda com mais profundidade e apresenta um resultado mais próximo da realidade cultural indígena.

**10-Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória de escritor indígena dentro de um mercado editorial em que prevalecem ilustradores, editores e leitores não índios. Como se dá essa relação?**

**JEKUPÉ** - Fui um dos iniciantes da literatura nativa, comecei em 1984, e naquela época foi difícil, por isso resolvi publicar por gráfica. Em 1993, publiquei por minha conta, aliás, tenho livros publicados dessa forma até hoje, e continuo na luta porque sei que depois de mim outros escritores surgiram, ficaram famosos e publicam com mais facilidade, mas eu continuo tentando contato nas editoras. No entanto não é fácil, porque os autores famosos nos derrubam sempre, pois escritores sem título de doutor, muitas vezes têm seu trabalho dificultado.

**MUNDURUKU** - Iniciei na literatura há 20 anos a serem completados em 2016. Naquele momento quase não se falava em indígenas escritores. Literatura era um campo que não era frequentado por escritores oriundos de comunidades ou povos indígenas. Tudo o que se tinha eram materiais didáticos voltados para a educação escolar indígena. Era ponto pacífico – e ainda hoje parece continuar sendo – que indígena não poderia escrever porque não saberia já que sua tradição é marcada pela oralidade. Ainda hoje há esse discurso circulando em muitas universidades brasileiras. Quando meu livro foi lançado certamente não teria nenhuma repercussão na sociedade. Ao menos era o que eu mesmo pensava. Eu não tinha pretensão de me tornar escritor, mas escrevi meu livro com a melhor das intenções aproveitando as pesquisas que estava fazendo na universidade. Para minha surpresa teve grande repercussão nas escolas. Passei a ser convidado a palestrar, a fazer lançamentos, a conversar com as crianças leitoras. Isso para mim foi o máximo. Acontece que entre o primeiro livro e o segundo teve um vácuo de quatro anos incompletos. O mercado editorial não valorizou de imediato o que eu havia oferecido de modo que eu achei que eu seria um autor de um só livro. Foi um momento apenas, pois logo depois outras propostas foram se apresentando e eu me tornei um escritor concorrido em eventos e editoras. Não saberia avaliar o porquê disso acontecer, mas o que sei é que eu vi ali uma oportunidade de socializar aquele espaço com outros jovens escritores indígenas. Foi assim que se iniciou o movimento da literatura

indígena que hoje conta com cerca de trinta autores de vários povos e que já escreveram mais de cem títulos que estão circulando por todo o Brasil e até pelo exterior.

**WAPICHANA** - Entrei neste mercado em 2009 com o apoio de Daniel Munduruku, assim como outros indígenas. É um mercado difícil onde egos se digladiam. Mas há autores, ilustradores e editoras, que respeitam e valorizam o que escrevemos. Não entramos no mercado por sermos indígenas, mas sim por profissionalismo e competência do ramo. Hoje tenho três livros publicados, um deles ganhou o selo da FNLIJ altamente recomendável, e dois prêmios literários. Para 2016, tenho previsão de três publicações. Quanto mais fico ativo em eventos e premiações, o reconhecimento aparece e portas são abertas. Assim, vão se imprimindo na história, a força e a vida das culturas indígenas brasileiras.

#### **11-Que sugestões você daria aos professores, mediadores da leitura, que pretendem trabalhar com livros que abordem a temática indígena?**

FITTIPALDI - Eles poderiam pesquisar sobre a cultura em foco no livro em questão, usando alguns sites confiáveis como o *Povos Indígenas no Brasil*, parte do portal do Instituto Socioambiental: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Também existem filmes do projeto *Vídeo nas Aldeias* e é cada vez maior a produção de vídeos feitos por cineastas indígenas.

JEKUPÉ - Seria interessante conhecerem aldeias indígenas mais próximas de onde moram, e aprenderem muito com os povos indígenas. Também é interessante convidar índios das aldeias para dar palestras nas escolas onde trabalham, assim, ao ler nossos livros poderão entender melhor nossa literatura. Existe a possibilidade de pesquisa no youtube de vídeos. Se você buscar “música guarani” poderá ouvir muitas músicas e documentários e com isso aprenderá muito sobre o mundo indígena.

MUNDURUKU - Diria: 1] que esqueçam que seu autores são indígenas; 2] não alimentem nas crianças estereótipos; 3] sejam naturais no tratamento da temática indígena; 4] não confundam a cabeça dos leitores com conhe-

cimentos que não têm plena convicção de que sejam corretos; 5] não leiam no dia 19 de abril só porque se comemora o tal dia do índio; 6] não obriguem as crianças lerem o que não quiserem, mesmo que o livro pareça ser bom; 7] aprendam antes dos alunos.

WAPICHANA - Estudem e pesquisem sobre o povo com o qual estão trabalhando, para não serem replicadores de estereótipos. Cada história tem uma origem e é fundamental informar o nome do povo ao qual a história pertence. Realizem atividades lúdicas deixando claras as diferenças entre povos e as sociedades, mas que isso não signifique que há superioridade cultural entre eles. É importante ensinar que o conhecimento e respeito anulam o preconceito, e põem o ser humano como igual em direitos, deveres e necessidades.